

TRAVESSIAS ISSN-1982-5935

VOL.10 N.02.24 ED. 2015

OBJETOS DE DISCURSO EM CARTAS NOTARIAIS DO SÉCULO XVIII

Waldiney Corrêa Martins¹

Elódia Constantino Roman²

RESUMO: Com esta pesquisa, nosso objetivo foi identificar algumas estratégias de introdução e retomada de referentes textuais, em Cartas Notariais do século XVIII, do município de Paranaguá, que compõem o livro *Scripturae na Vila de Pernagoa – documentos setecentistas* (2007). Para isso, consideramos, segundo Koch e Elias (2009), que a referenciação consiste na construção e reconstrução de objetos de discurso. Além disso, levamos em consideração as condições de produção e a época em que essas Cartas Notariais foram escritas, contribuindo para pesquisas sobre o português paranaense. Portanto, na análise, destacamos se os objetos de discurso são construídos por meio de itens lexicais ou gramaticais. Como aporte teórico, temos Koch (1990, 2008), Koch e Elias (2006, 2009) e Mondada e Dubois (2003), dentre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Texto; Cartas notariais; Referenciação; Objetos de discurso.

ABSTRACT: With this research, our aim was to identify some strategies of introduction and resumption of textual referents, at Notarized Letters of the eighteenth century, of the city of Paranaguá, which make up the book *Scripturae na Vila de Pernagoa – documentos setecentistas* (2007). Therefore, we consider, according to Koch e Elias (2009), that the referencing is based on construction and reconstruction of speech objects. In addition to that, we consider the conditions of production and the time when these Notarized Letters were written, contributing to research about the Portuguese of Paraná. Therefore, in the analysis, we highlight if speech objects are built by lexical or grammatical items. Koch (1990, 2008), Koch e Elias (2006, 2009) and Mondada e Dubois (2003), among others as theoretical support.

KEY WORDS: Text; Notarized letters; Referencing; Speech objects.

INTRODUÇÃO

Ao se *referir* a um texto publicado no Diário de Pernambuco em 21/08/1839, Marcuschi (2008, p.52) entende que é imensa a riqueza desse texto para exploração de formas linguísticas em desuso, bem como para observar “os costumes que revela, o mundo em que se situa e muitos outros aspectos”. Segundo o autor, em documentos antigos podemos observar “como a língua não é estanque e varia ao longo do tempo [...]”.

¹ Mestrando em Linguagem, Identidade e Subjetividade, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). walcorrea1@gmail.com

² Professora Doutora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no Departamento de Estudos da Linguagem e docente no Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade. ecroman61@yahoo.com.br

TRAVESSIAS ISSN-1982-5935

VOL.10 N.02.24 ED. 2015

Com isso em mente, propusemo-nos, no decorrer de nossa pesquisa, a identificar algumas estratégias de introdução (construção) e retomada (reconstrução) de referentes textuais (objetos de discurso) em dois (2) documentos oficiais.

O *corpus* de análise compreende Cartas Notariais do século XVIII, do município de Paranaguá, que compõem o Livro *Scripturae na Vila de Pernagoa – documentos setecentistas* (2007). Essas Cartas foram editadas, mantendo seus aspectos originais, ou seja, apresentam ortografia que, muitas vezes, difere da ortografia atual.

Para que o objetivo fosse alcançado, consideramos, segundo Koch (2008, p.33), dentre outros, que a referenciação consiste na construção e reconstrução de objetos de discurso, os quais “são escolhas do sujeito em interação com outros sujeitos, em função de um querer-dizer”.

Portanto, na análise, destacamos de que forma são construídos e reconstruídos os objetos de discurso, considerando as condições de produção e a época em que as Cartas Notariais foram escritas.

1. As Cartas Notariais

Consideramos a Carta Notarial, em análise, como um gênero discursivo específico (BAKHTIN, 2000), uma vez que possui um conteúdo temático próprio, isto é, trata-se de um documento oficial, trocado entre as autoridades da Vila de Paranaguá, como bispos e governadores, com objetivos diversos, mas relacionados aos interesses da Vila. Além disso, a Carta Notarial possui um estilo verbal em que é recorrente certa seleção de recursos da língua. E, também, apresenta uma construção composicional, com data, vocativo e assinatura, o que é uma característica do gênero Carta, de um modo geral.

As Cartas Notariais que compõem o *corpus* de análise foram editadas e organizadas por professores e pesquisadores da Universidade Estadual de Londrina.

Concebendo o projeto de pesquisa “Para uma história do português brasileiro: estudos diacrônicos em manuscritos paranaenses dos séculos XVII a XIX”, a equipe desse projeto teve posse de mais de setecentos documentos digitalizados, os quais foram buscados no Arquivo Público do Estado de São Paulo, conforme destaca Aguilera (In: AGUILERA; VASCONCELOS, 2007).

A edição, da qual extraímos as Cartas para nossa análise, é composta por trinta e quatro fólios, referentes a vinte e cinco documentos, datados de 1721 a 1743.

TRAVESSIAS ISSN-1982-5935

VOL.10 N.02.24 ED. 2015

Aguilera (In: AGUILERA; VASCONCELOS, 2007, p.7) destaca que a edição de cada fólio vem precedida de uma ficha catalográfica, “onde consta o número do documento, que pode ter mais de um fólio, o número, entre parênteses que a Carta recebe no arquivo digitalizado, a tipologia do texto, o assunto ou resumo, a datação do documento e os autores” (os que assinam o manuscrito). Ressalta que os nomes próprios contidos nos manuscritos foram atualizados na ficha. Em relação às abreviaturas constatadas nos documentos, explica que elas foram desenvolvidas na edição, isto é, marcaram-se, em itálico, as letras omitidas nas abreviaturas. Para isso, “respeitou-se a grafia do manuscrito, ainda que revelassem idiosincrasias ortográficas de quem o escreveu”. Assim, manteve-se a pontuação e acentuação originais.

2. A Referenciação

Koch (1990) entende que, se a *referência*³ é feita a algo que foi mencionado anteriormente, tem-se a anáfora e, se é feita a algo que ainda vai ser dito, tem-se a catáfora. Destaca, também, que dois ou mais sintagmas nominais antecedentes podem ser candidatos a referentes de uma forma remissiva, pelo fato de concordarem em gênero e número com tal forma. Assim, cabe ao leitor, segundo a autora, decidir qual antecedente considerar, com base no sentido.

Conforme entendem Koch e Travaglia (1990, p. 40), a referência estabelece relação entre dois ou mais componentes da superfície textual. Dessa forma, segundo os autores, a referência propicia a coesão, isto é, “a ligação [...], os nexos que se estabelecem entre os elementos que constituem a superfície textual”.

Ainda, quanto à referência, Blikstein (1995, p.46) destaca que “a *realidade* se transforma em *referente*, por meio da percepção/cognição (conforme Greimas) ou da interpretação humana (segundo Coseriu)”, sendo na “*prática social* ou *práxis* que residiria o mecanismo gerador do sistema perceptual que, a seu turno, vai “fabricar” o referente” (p.53).

Nessa concepção, Koch (2008, p. 33) entende que “a discursivização ou textualização do mundo por meio da linguagem [...] consiste [...] num processo de (re) construção do próprio real”. Partindo disso, Koch e Elias (2009, p.134) passam a defender que a referenciação consiste na construção e reconstrução de objetos de discurso, isto é,

³ Optamos por deixar, aqui, o termo “referência”, já que é assim utilizado pela autora em 1990. No decorrer do texto, passamos a usar o termo “referenciação”, uma vez que é assim *recategorizado* pela autora em publicações mais recentes.

TRAVESSIAS ISSN-1982-5935

VOL.10 N.02.24 ED. 2015

os referentes de que falamos [...] não são simples rótulos para designar as coisas do mundo. Eles são construídos e reconstruídos no interior do próprio discurso, de acordo com nossa percepção do mundo, nossos ‘óculos sociais’ (BLIKSTEIN, 1985), nossas crenças, atitudes e propósitos comunicativos.

Disso, segundo as autoras, sucede a proposta de substituir a noção de *referência* pela noção de *referenciação*, isto é, uma ideia mais ampla, tal como postulam Mondada e Dubois (2003, p.17). Estas entendem que “as categorias e os objetos de discurso pelos quais os sujeitos compreendem o mundo não são nem preexistentes, nem dados, mas se elaboram no curso de suas atividades, transformando-se a partir dos contextos”. Destacam que as categorizações são geralmente instáveis e variáveis, já que “são processos que se desenvolvem no seio das interações individuais e sociais com o mundo e com os outros [...]” (p.22).

Mondada e Dubois (2003, p. 28) comentam que, segundo Sacks, a categorização é um problema de decisão que se coloca para os sujeitos, os quais devem selecionar uma categoria em vez de outra, dentro de um determinado contexto. Em relação a essa instabilidade das categorizações entendem que ela “caracteriza o modo normal e rotineiro de entender, descrever, compreender o mundo – e lançar, assim, a desconfiança sobre toda descrição única, universal e atemporal do mundo”. Lembram que os próprios sujeitos marcam esta instabilidade entre categorização e “mundo real”, pelos comentários metalinguísticos em seu discurso, como podemos observar na análise do *corpus*.

3. Estratégias de Referenciação

Como vimos anteriormente, a referenciação consiste na construção e reconstrução de objetos de discurso. A “construção”, segundo Koch (2008), ocorre quando um novo objeto de discurso é introduzido no texto. E a “reconstrução” ocorre quando esse objeto já mencionado é retomado por meio de uma forma remissiva.

A noção de *formas remissivas*, segundo Marcuschi (2008, p.109), “diz respeito ao fato de uma forma remeter a outra [...]”. No entanto, ele entende que “algumas dessas formas são referenciais e outras não, o que à primeira vista parece um contrassenso”.

Para Marcuschi (2008, p.109), as formas remissivas referenciais “são todos os elementos linguísticos que estabelecem referências a partir de suas possibilidades referidoras [...]”. São formas

TRAVESSIAS ISSN-1982-5935

VOL.10 N.02.24 ED. 2015

com algum tipo de referência virtual própria”. Dentre essas formas, o autor cita os sinônimos, os hiperônimos, as nominalizações e as elipses, entre outros.

Por sua vez, as formas remissivas não-referenciais são as que “não têm autonomia referencial (só referem concretamente) [...]. Podem [...] co-referir, isto é, estabelecer uma relação de identidade referencial com o elemento remetido” (MARCUSCHI, 2008, p.109).

Como formas remissivas não-referenciais, o autor cita os pronomes adjetivos (Ex.: teu), os pronomes substantivos (Ex.: o) e os pronomes pessoais, entre outros.

Em relação à introdução de objetos de discurso, Koch e Elias (2009, p.135) apontam que podemos ter: introdução *‘ancorada’* e *‘não-ancorada’*. A introdução não-ancorada é produzida quando o escritor introduz no texto um objeto de discurso totalmente novo, ocorrendo uma primeira categorização do referente. E a introdução ancorada ocorre quando “um novo objeto de discurso é introduzido no texto, com base em algum tipo de associação com elementos já presentes no cotexto ou no contexto sociocognitivo dos interlocutores”.

Partindo disso, Koch e Elias (2009, p.136), parafraseando Marcuschi (2005), argumentam que casos de introdução de referentes de forma ancorada constituem anáforas diretas e indiretas. Para as autoras,

diferentemente das anáforas diretas que retomam (reativam) referentes previamente introduzidos no texto, estabelecendo uma relação de correferência entre o elemento anafórico e seu antecedente, na anáfora indireta, geralmente constituída por expressões nominais definidas, indefinidas e pronomes interpretados referencialmente sem que lhes corresponda um antecedente (ou subsequente) explícito no texto, ocorre uma estratégia de *ativação* de referentes novos, e não de uma *reativação* de referentes já conhecidos [...].

Levando em consideração as noções de anáfora direta e indireta, Koch e Elias (2009, p.132) postulam que, quando os referentes “são retomados mais adiante ou servem de base para a introdução de novos referentes, tem-se o que se denomina progressão referencial”.

Mais detalhadamente, Marcuschi (2008, p.141) entende que progressão referencial diz respeito à “introdução, identificação, continuidade e retomada de referentes textuais, correspondendo às *estratégias de designação de referentes* e formando o que se pode denominar *cadeia referencial*”.

A progressão referencial, segundo Koch e Elias (2009), pode ser realizada por uma série de elementos linguísticos. Dentre estes, citam os pronomes (pessoais de 3ª pessoa, possessivos,

TRAVESSIAS ISSN-1982-5935

VOL.10 N.02.24 ED. 2015

demonstrativos, indefinidos, interrogativos e relativos), os numerais, sinônimos, hiperônimos (termos de sentido mais amplo que englobam o termo mais específico), nomes genéricos, a elipse (que consiste na omissão de um ou mais itens lexicais), a reiteração (que consiste na repetição de um mesmo item lexical), bem como advérbios locativos, como “aqui”, “lá”, “ali” etc.

Como uma das formas mais ricas de progressão, as autoras destacam que podemos realizá-la por meio de expressões nominais, as quais “constam de um núcleo nominal (substantivo), acompanhado ou não de determinantes (artigos, pronomes, adjetivos, numerais) e modificadores (adjetivos, locuções adjetivas, orações adjetivas)”.

Também como forma de progressão referencial, Koch e Elias (2009, p.152) postulam que é possível sumarizarmos todo um trecho anterior ou posterior do texto, ocorrendo um *encapsulamento*. Este se realiza por meio de um pronome demonstrativo neutro (como *isto* e *isso*) ou, então, “por meio de uma expressão nominal, ocorrendo o que se chama de rotulação ou nominalização”.

A respeito do encapsulamento, Conte (2003, p.186) considera que “ele funciona [...] como um recurso coesivo e como um princípio organizador”, mas que também “pode ser um poderoso meio de manipulação do leitor”.

Conte (2003, p.181), parafraseando Wanda D’Addio (1988, 1990), ressalta que o encapsulamento pode ocorrer por meio de nomes avaliativos (os quais a autora define de axiológicos) ou, em sintagmas nominais, com um adjetivo avaliativo como modificador. Dessa forma, a autora entende que, “quando o núcleo do sintagma nominal anafórico é um nome axiológico, o texto oferece uma avaliação dos fatos e eventos descritos” (p.186).

Portanto, conforme postulações de Koch e Elias (2009, p.154), tanto as expressões nominais quanto os rótulos “são recursos importantes para levar o leitor em direção às conclusões desejadas, isto é, para que o leitor apreenda a orientação argumentativa do texto”.

4. Análise do corpus

Na sequência, apresentamos a análise de duas (2) Cartas Notariais. Optamos por analisá-las por meio de trechos, a fim de que se possa melhor acompanhar as considerações aqui expostas.

Reiteramos que nosso objetivo foi identificar algumas estratégias de introdução e retomada de referentes textuais nesses documentos. Para isso, pautamo-nos em Mondada e Dubois (2003), Marcuschi (2008) e Koch e Elias (2009).

Primeiramente, analisamos o documento nº 21, cujo assunto/resumo é: “a Câmara de Paranaguá juntamente com o Ouvidor Antonio dos Santos Soares arbitram em quatro réis o valor de propinas a ser pago ao secretário”. A Carta é datada de 30 de dezembro de 1732 e tem, como autores, João Teixeira Marinho, João da Veiga da Siqueira, Antonio Luís Matoso e Pedro Rois.

Eis um primeiro trecho desta Carta:

[[30-Dez-]] [[Paranaguá]] [12-422]]

Excelentissimo Senhor(1)

[[1732]]

Como podemos observar acima, logo após a datação, os autores da Carta se referem ao seu interlocutor, o “Conde das Sarzedas”, em (15), por meio da forma de tratamento, “*Excelentissimo Senhor*” (1), com função vocativa.

Vejam os um segundo trecho desta Carta:

[...] **Θ(2)** nos jun tamos

com **oDoutor Antonio dos Santos Soares, Ouvidor**

destacomarca(3); para effeito de se arbitrar o quanto

npoderia dar **estaCamera(4)** de propinas ao Secretar*io* [...]

Como podemos observar acima, em (2), há um “nós” elíptico (autores da Carta).

Em (3), há a introdução de um novo referente, “oDoutor Antonio dos Santos Soares”, seguido de aposto explicativo, “Ouvidor destacomarca”, considerado uma rotulação ou nominalização.

Destacamos, também, em (4), a introdução de um novo referente, “estaCamera”, construído por meio de pronome demonstrativo seguido de item lexical, referenciação não-ancorada.

TRAVESSIAS ISSN-1982-5935

VOL.10 N.02.24 ED. 2015

Vejamos um terceiro trecho da Carta de número 21:

Tambem **Θ(5)** vemos o Paternal affecto com
que **VossaExcelencia(6)** seofferece attender **aos particulares**
deste senado(7), e reprezentalllos(8) a realgrandeza [...]

Observamos, em (5), a retomada do “nós” (2), também por elipse.

Por sua vez, em (6), destacamos a retomada do referente “*Excelentissimo Senbor*”(1), por meio do pronome de tratamento “*VossaExcelencia*”, uma referenciação ancorada.

Além disso, observamos a introdução de um novo referente, “os particulares deste senado”, em (7), o qual é retomado logo na sequência, por meio do pronome pessoal oblíquo átono “os”, forma remissiva não referencial. Este referente diz respeito aos assuntos que, talvez, não sejam da competência dos autores resolver. Funcionam como desejo de “querer ajudar”.

Vejamos, agora, um quarto trecho deste documento:

[...] vive **este Povo(9)** grã tuoza *mente* confiado, e
assim **nôs(10)** ficamos rogando a **Deos(11)** prospere a
vida esaude a**vossaExcelencia(12)** [...]

Acima, observamos, primeiramente, a introdução de um novo referente, “este Povo”, em (9), reportando-se ao povo da Vila. É construído por pronome demonstrativo seguido de item lexical.

Em (10), o “nós”, forma remissiva não referencial que faz remissão aos autores da Carta e que esteve elíptico até então, é explicitado.

Observamos em (11) que os autores da Carta invocam (se referem a) Deus quando vão se dirigir ao seu interlocutor. Este último é retomado por meio do pronome de tratamento “*vossaExcelencia*”, em (12). A referenciação também ocorre na expressão “*Deos guarde*”, que destacamos a seguir:

Deos guarde avossaExcelencia(13) *muitos annos* Parnagua
30 de Dezembro de 1732

TRAVESSIAS ISSN-1982-5935

VOL.10 N.02.24 ED. 2015

Para finalizar esta Carta, observamos, novamente, em (13), a retomada do referente “*vossaExcelencia*”(12), e a mesma ocorrência em (15). Desta vez, ele é seguido de um aposto explicativo, “*Excelentissimo Senhor Conde das Sarzedas*”:

De *vossaExcelencia*

Excelentissimo Senhor Conde das Sarzedas(15)

os mais humildes subditos

Joaõ Teixeira Marinho

Joaõ Da ueiga Da siqueira

Antonio Luis Matozo

Pedro Rois

“Os mais humildes subditos” faz remissão ao que é mencionado posteriormente, isto é, os nomes dos autores da Carta, ocorrendo, portanto, uma referenciação catafórica por nominalização ou rotulação.

Passamos, agora, a analisar o documento de número 23, o qual é datado de 12 de abril de 1732. Nele, “oficiais da Câmara de Paranaguá informam e justificam ao Governador o aumento do ordenado do escrivão”, conforme o próprio resumo/assunto contido na ficha catalográfica que antecede o documento. Os autores são (vas da) Silva, Pedro de Sousa Pereira, João Duarte, Valentim (Reis) de Almeida e (Antonio) Igínio.

Eis um primeiro trecho da Carta de número 23:

[[12 Abril 1735]] *Excelentissimo senhor*(1) 1ª Via

[[Paranaguá]]

Mandanos *VossaExcelencia*(2) que informemos [...]

Logo após a datação, esta Carta inicia-se com um elemento vocativo, “*Excelentissimo senhor*”, em (1), construído por meio de uma forma de tratamento, fazendo referência ao governador.

TRAVESSIAS ISSN-1982-5935

VOL.10 N.02.24 ED. 2015

A forma de tratamento “*Exceletíssimo senhor*”, em (1), é retomado por “*Vossa Excelência*”, em (2).

Vejam os seguintes trechos da Carta de número 23:

[...] os dous *cappitulos* de correição *que* nesta **Villa(3)** fes em o anno de 1733 **o ouvidor da Comarca Antonio dos Santos Soares(4)**; em quanto ao particular do **ordenado(5)** ao **escrivão(6)** nesta **Camara(7)** **aoque(8)** dando execução [...]

Destacamos, primeiramente, em (3), a introdução de um novo referente, “esta *Villa*”, remetendo à Vila de Paranaguá, da mesma forma que “esta *Camara*”, destacada em (7), faz remissão à Câmara dessa Vila. Consideramos isso, como uma referenciação ancorada, levando-se em conta o contexto sociocognitivo dos interlocutores.

Por sua vez, em (4), observamos a introdução de um novo referente, “*Antonio dos Santos Soares*”, antecedido de um aposto explicativo, “o ouvidor da Comarca”, tratando-se de uma nominalização.

Introdução de novo referente também ocorre em (5) e (6): “ordenado” e “escrivão”, respectivamente. Ambos construídos por meio de itens lexicais.

Em (8), destacamos um encapsulamento pelo pronome relativo “*oque*”. Encapsula o que vai passar a executar, isto é, tratar a respeito do ordenado do escrivão.

Eis um terceiro trecho desta Carta:

Θ(9) Informamos *avossa Excelência(10)* que por **requerimento(11)** do pro=curador do concelho [...]
ed todos os officiaes da Camara(12) Se
requereo *que* ao **escrivão(13)**, visto **o lemitado ordena=do(14)** *que* **Θ(15)** tinha de **dez mil reis só mente(16)** tendo excessivo trabalho, e escrita *que(17)* nada levava outro **emullumento(18)** sepuede pagar **mais seis mil reis(19)** *que* por **tudo(20)** fa=riaõ dezaseis, ao **que(21)** deferio **odito corregedor(22)** *que* se pagacem [...]

Em (9), destacamos o “nós” elíptico, o qual faz remissão aos autores da Carta.

Em (10), observamos, novamente, a retomada do referente “*Vossa Excelencia*” (2), por meio de reiteração. No entanto, na retomada, os autores utilizam a primeira letra minúscula.

Acima, destacamos, também, em (11), uma nominalização catafórica, “requerimento”, encapsulando o fato de se requerer o aumento do ordenado do escrivão; em (12), a introdução de um novo referente, “*todos os officiaes da Camara*”, bem como a retomada do referente “o escrivão” (6), por meio de reiteração, em (13).

O referente “ordenado” (5) é retomado em (14), por meio de adjetivo anteposto ao substantivo, “lemitado ordenado”. Em (15), observamos a retomada, por elipse, do referente (13), “o escrivão”; forma remissiva referencial. E, em (17), a retomada desse referente, por meio de pronome relativo.

Ocorre, em (16), a retomada do referente (14), por meio da recategorização do referente, “dez mil reis só *mente*”.

“Dez mil reis só *mente*” (16) “mais seis mil reis” (19) são encapsulados no pronome indefinido substantivo “tudo” (20), ocorrendo um encapsulamento anafórico.

Encapsulamento anafórico também pode ser observado em (21), “o *que*”, o qual é construído por meio de pronome relativo e encapsula o fato de se pagar mais seis mil réis ao escrivão, totalizando dezesseis mil réis.

Em (22), destacamos a retomada do referente “*Antonio dos Santos Soares*” (4), por “corregedor”, antecedido de “o dito”, já mencionado. Vejamos, agora, um próximo trecho da Carta de número 23:

Ehé certo *que* **ofundamento**(23) *quetiverão os ditos officiaes da Camara*(24) *para o referido requerimento*(25) *foi com verdadeira cau=za, e motivo*(26) *o que*(27) **Θ**(28) *certificamos* [...]

Primeiramente, em (23), observamos um encapsulamento por expressão nominal, “ofundamento”, o qual encapsula o fato de o escrivão ter excessivo trabalho e receber pouco. Ocorre, portanto, uma nominalização, que também destacamos em (26), “*verdadeira cauza, e motivo*”, recategorização do encapsulamento (23), e, em (27), “*o que*”, encapsulamento, por pronome relativo, daquilo que os autores certificam.

TRAVESSIAS ISSN-1982-5935

VOL.10 N.02.24 ED. 2015

Grifamos “certificamos”, uma vez que o enunciado é objeto de citação, e os autores se utilizam desse verbo, revelando que consideram o fato a que se referem como verdadeiro, caracterizando uma avaliação modalizadora em que a subjetividade pode se manifestar, conforme postulações de Martins (1989).

Em (24), vemos a retomada do referente “todos os *officiaes daCamara*”(12), utilizando-se de “dito”, já mencionado (“os ditos *officiaes daCamara*”).

Destacamos, também, em (25), a retomada do referente “requerimento”(11), por meio de reiteração antecedida de “referido”.

No último trecho da Carta de número 23, destacamos a retomada dos “*officiaes daCamara*”, por meio de reiteração dos itens lexicais utilizados pelo autor mais a especificação de que se trata de oficiais da Vila de Paranaguá:

Os *officiaes daCamara da Villa dePernaguã*

(vas da) Silva

Pedro de Sousa Pereira

João Duarte

Valentim (Reiz) de Almeida

(Antonio) Iginjo

“Os *officiaes daCamara da Villa dePernaguã*” faz remissão ao que é mencionado posteriormente, isto é, aos nomes dos autores da Carta, ocorrendo, portanto, uma referenciação catafórica por nominalização ou rotulação. Entendemos que isso pode funcionar como um fechamento dessa Carta. É uma forma própria do término do documento, como pudemos observar nas outras Cartas do *corpus*.

Considerações finais

Concluída a análise, constatamos que os autores das Cartas Notariais se utilizam de diferentes estratégias de introdução e retomada de referentes textuais. Estes são construídos e reconstruídos tanto por itens lexicais quanto por itens gramaticais, como os pronomes pessoais, relativos e possessivos.

As reiteraões, repetições do mesmo item lexical, são, muitas vezes, antecedidas por “dito”, isto é, já referido. Entendemos que esse uso evita que os escritores recategorizem

TRAVESSIAS ISSN-1982-5935

VOL.10 N.02.24 ED. 2015

determinado referente e, ao mesmo tempo, facilita para o leitor a recuperação do referente na memória discursiva.

A elipse, outra estratégia de referenciação, também pode ser observada nas Cartas analisadas, sendo que, na maioria das vezes, a forma remissiva elíptica é o pronome pessoal “nós”, que remete aos autores da Carta.

Os pronomes de tratamento/formas de tratamento merecem destaque especial, pois são utilizados nas duas Cartas analisadas. Pode tratar-se, portanto, de uma exigência do gênero discursivo Carta Notarial.

Por meio dos pronomes de tratamento de 2ª pessoa (“Vossa Excelência”, por exemplo), que se estabelecem em relação a um “eu” ou “nós”, pode-se ter uma noção da organização social da época, isto é, os escribas, autores do texto, se colocam como súditos de seu interlocutor, autoridade daquela época, em sinal de reverência; não refletem submissão pessoal, mas são exigências do gênero Carta Notarial, naquele período.

Além disso, os pronomes de tratamento, não uma única vez, são seguidos pela expressão “*que Deus guarde*”. A referência a Deus, o “desejo” de invocar, de rogar a Deus, ocorre em todas as Cartas analisadas e geralmente é feita quando os autores vão se referir ao seu interlocutor e à saúde deste. Isso ocorre no decorrer do texto ou no fechamento e pode indicar que também se trata de uma formalidade da época e uma exigência do gênero.

O respeito e a consideração, próprios das Cartas, à autoridade a quem se dirigia, são firmados no fecho da Carta de nº 21, em que observamos ordem inversa dos componentes frasais, ficando em primeiro plano “de Vossa Excelência” (seguido de “Excelentíssimo Senhor” e o nome), e não “os mais humildes subditos” (abaixo nominados, referenciados).

Como observamos na análise, “os mais humildes subditos” faz remissão ao que é mencionado posteriormente, isto é, os nomes dos autores da Carta, ocorrendo, portanto, uma referenciação catafórica por nominalização ou rotulação.

Finalmente, em se tratando do encapsulamento realizado por expressão nominal, consideramos, conforme Conte (2003, p.186), que “ele funciona [...] como um recurso coesivo e como um princípio organizador”, mas que também “pode ser um poderoso meio de manipulação do leitor”.

TRAVESSIAS ISSN-1982-5935

VOL.10 N.02.24 ED. 2015

Referências bibliográficas

AGUILERA, Vanderci de Andrade. Apresentação. In: VASCONCELOS, Celciane Alves; AGUILERA, Vanderci de Andrade (Orgs.). **Scripturae na Vila de Pernagoa: documentos setecentistas**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da Criação Verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BLIKSTEIN, Izidoro. **Kasper Hauser ou A fabricação da realidade**. 4.ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

CONTE, Maria-Elisabeth. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. **A coesão textual**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1990.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **As tramas do texto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2009.

_____; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1990.

_____; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e coerência**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MARCUSCHI, Luiz. Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.



TRAVESSIAS ISSN-1982-5935

VOL.10 N.02.24 ED. 2015

VASCONCELOS, Celciane Alves; AGUILERA, Vanderci de Andrade (Orgs.). **Scripturae na Vila de Pernagoa:** documentos setecentistas. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007.